



Revista Katálysis

ISSN: 1982-0259

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso
de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina

Evangelista, Olinda

The Right to Public Education, Democracy, and Social Struggles

Revista Katálysis, vol. 22, no. 3, 2019, September-December, pp. 443-446

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: 10.1590/1982-02592018v22n3p443

Available in: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179661377001>

- How to cite
- Complete issue
- More information about this article
- Journal's webpage in redalyc.org

UABEM
redalyc.org

Scientific Information System Redalyc

Network of Scientific Journals from Latin America and the Caribbean, Spain and
Portugal

Project academic non-profit, developed under the open access initiative

EDITORIAL

Direito à educação pública, democracia e lutas sociais

O dossiê *Direito à educação pública, democracia e lutas sociais* põe em debate problemas essenciais da Educação Pública no Brasil – mesmo porque, como se verá em seus artigos, estamos em situação de perda das conquistas realizadas. As questões que traz à tona são duras não porque os autores dos artigos tenham simplesmente privilegiado aspectos difíceis em sua análise; são duras porque assim é a materialidade na qual estamos engastalhados historicamente e que generosamente os pesquisadores colaboram para elucidar. Os fios que sustentam as investigações dizem respeito à função social da escola pública – da básica à superior – e ao caráter derrisório das políticas oficiais a ela destinada. Neste dossiê, a maior parte dos autores examina as políticas sociais, entre elas as educacionais, brasileiras após a década de 1990. Embora com dissensões, os investigadores atribuem às orientações econômicas e políticas derivadas do projeto neoliberal, dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a Michel Temer (agosto de 2016-2018), a responsabilidade pelas contrarreformas em andamento nas políticas sociais, em particular, nas educacionais.

De modo instigante, indica-se ao leitor os vários âmbitos que sufocam a escolarização do brasileiro: o ensino básico de baixa qualidade; a formação precária da juventude nos níveis médio e superior; o preparo do professor sob uma perspectiva pragmática; o trabalho docente largamente precarizado; os projetos que pretendem amordaçar a escola; os cortes no financiamento que a atingem pela via de planos de educação e de leis regressivas. São muitas as estratégias de demolição da escola pública no país. Os pesquisadores – lastreados em cuidadosas pesquisas empíricas e reflexões teóricas – se debruçam sobre elas para desmontá-las e oferecer a nós, seus leitores, um campo progressivamente cristalino de percepção no qual desfraldam o papel crucial do Estado e dos Aparelhos Privados de Hegemonia, em ação na Sociedade Civil, na proposição de políticas educativas. Realçamos a presença, na maior parte dos percursos analíticos, da obra de Marx e de autores vinculados à tradição marxista – Gramsci, Mészáros, Fernandes, Lukács, Marini, Bambirra, Löwy, Mariátegui, entre outros – e o louvável esforço feito para não abstrair a esfera educativa de suas determinações mais gerais, quais sejam as relações capitalistas de produção e reprodução da existência humana e seus desdobramentos perversos sobre o trabalho e a escolarização.

Das onze publicações temáticas, três estão diretamente relacionadas ao direito à educação no âmbito da realização da democracia e de suas relações com o Estado. No artigo *Disputas político-econômicas em torno da democratização educacional brasileira no século XXI*, Carlos Felipe Nunes Moreira reflete sobre a contrarreforma do ensino médio, centrada no atendimento de exigências dos setores empresariais e limitada a uma “política focal”. Tendo em vista adequar a formação intelectual juvenil ao mercado de trabalho e despolitizar tanto a organização estudantil quanto docente, o projeto em curso restringe a formação em nível médio. Moreira entende que sem luta organizada não será possível romper com a hegemonia burguesa e que sua pauta deveria conter a democratização escolar sob vários aspectos: garantia de acesso e permanência; qualidade do ensino; mudanças pedagógicas. De seu ponto de vista, a área de Serviço Social tem importante contribuição a oferecer, tanto no que se refere à denúncia das condições que o capitalismo impõe aos jovens e seus direitos sociais quanto na superação da ordem capitalista.



© O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Tomando para estudo a problemática da democracia, Doracy Dias Aguiar de Carvalho e Roberto Francisco de Carvalho, em *Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras*, assinalam que o conceito *democracia* enfrenta disputas permanentes no capitalismo em razão do embate entre classes sociais antagônicas. A democracia representativa, liberal, e a democracia substantiva, socialista, conformam diferentes concepções de sociedade e de direitos sociais. Na conjuntura pós-1990, o Estado, articulado ao Imperialismo, financiou o desmonte de direitos conquistados pela classe trabalhadora, particularmente no que tange à área educacional. A despolitização referida por Moreira reaparece como fenômeno na Sociedade Civil, entendida pela democracia liberal como esfera isenta de litígios, litígios que de fato a concretizam. As lutas pela preservação de direitos duramente conquistados e, mesmo, por direitos formalmente concedidos são fundamentais, posto que estão sob a mira da burguesia e podem ser destruídos ou simplesmente transformados em mercadorias. A despeito do quadro regressivo e de sua complexificação atual, o projeto educativo de caráter nacional-popular, articulado à construção da democracia socialista, está na ordem do dia. Isso significa trabalhar para que uma nova sociabilidade se instaure, na qual a emancipação humana seja o horizonte das relações entre economia e política.

Mônica Regina Nascimento dos Santos Correio, em *Estado, educação e direitos sociais*, assinala que as questões ligadas aos direitos humanos – como as inúmeras formas de violação de direitos dos indivíduos – assomam contemporaneamente como problema pertinente à herança liberal. De um lado, de seu ponto de vista, após 1848 a ideia de direitos humanos suplantou a utopia revolucionária; de outro, essa utopia deu lugar a práticas articuladas aos direitos humanos como defesa de direitos do indivíduo descolado de sua inserção de classe. Sem perder de vista essas determinações, a autora assinala que a luta pelos direitos humanos vem mantendo conquistas importantes, ainda que mínimas e, não raro, restritas a alguns grupos. Como resultado do levantamento de produção teórica sobre o tema, destaca duas vertentes de análise: uma que tece críticas aos limites que tal defesa comporta e outra que considera possível inseri-la em uma perspectiva contra-hegemônica de direitos humanos. Sobreleva em sua análise o fato de que, no âmbito das políticas educacionais e da esfera estatal, vivemos em pleno século XXI a busca da consolidação de direitos humanos que parecem óbvios.

Na sequência do dossiê estão cinco artigos relativos aos aspectos formais da realização do direito à educação em todos os níveis, entre eles o sistema e os planos nacionais de educação. No texto *A educação básica brasileira em disputa: doutrinação versus neutralidade*, Ana Cláudia Rodrigues de Oliveira, Fabio Lanza e Letícia Jovelina Storto recuperam a trajetória do movimento Escola sem Partido (ESP) a partir de 2004, quando foi fundada por Miguel Nagib e em tramitação em vários entes federados. Na documentação coligida e examinada com base na análise crítica do discurso, evidenciou-se a forte presença das noções de “doutrinação ideológica” e “neutralidade do ensino” com repercussões desastrosas sobre a função social da escola e os conceitos de conhecimento e educação, entre outros. Sem pejo, o ESP propõe o cerceamento da prática docente, bem como o controle do ensino da Sociologia no ensino médio, admitindo, no caso da cidade de São Paulo, apenas o conhecimento sociológico positivista e cientificista cujo objetivo último é reproduzir o projeto societário vigente. Semelhante perspectiva atinge diretamente o trabalho e a formação docente que, historicamente, sofrem tentativas de controle em razão de serem considerados uma ameaça. Desintelectualizar alunos e professores é parte do projeto político hegemônico de contenção de propostas que ponham em questão a sociedade capitalista.

Em *Educação e trabalho no Brasil: a perspectiva defendida pelo capital para a formação dos trabalhadores*, Jaime Hillesheim e Adir Valdemar Garcia examinam o *Plano Nacional de Educação* (2001-2011) do governo Fernando Henrique Cardoso, o *Plano de Desenvolvimento da Educação* (2007) do governo Lula e o *Plano Nacional de Educação* (2014-2024) de Dilma Rousseff. Em acordo com outros articulistas deste dossiê, consideram que vivemos um processo de regressão de direitos, resultado da crise capitalista que se agravou enormemente após 2008; nossa economia, periférica e dependente, avança célere na ampliação da desigualdade social. Chamam ainda a atenção para o fato de que o direito à escola pública subordina-se aos interesses do mercado. No ensino profissional e técnico, na educação de jovens e adultos, no ensino médio ou no ensino superior, jovens são formados sob os slogans da *empregabilidade*, do *empreendedorismo*, da *autonomia*, da *competitividade*. Tal situação põe sob escrutínio a relação entre trabalho e educação e traz à tona as formas objetivas e subjetivas de subordinar os trabalhadores aos interesses de produção e reprodução da sociedade capitalista. Ao analisarem as políticas educacionais no período entre 2003 e 2015, focam a reflexão precisamente nesta relação, concluindo que a educação dos trabalhadores se vincula inexoravelmente aos marcos da sociabilidade burguesa subjacente ao “exercício da cidadania”. Uma contribuição importante dos autores está na demonstração de que estamos frente à centralidade da escolarização como mediadora do preparo do trabalho para o capital.

Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira, em *Educação pública como direito social: desafios para a construção de um sistema articulado no Brasil*, analisa a educação como direito social e bem público,

fundamental para a emancipação humana, apresentando a literatura produzida nos marcos da pedagogia histórico-crítica, cujo autor por excelência é Dermeval Saviani. De um lado, discute as determinações mais gerais da escola pública brasileira, entre as quais se projeta o problema do financiamento público; de outro, as possibilidades objetivas de uma práxis educativa emancipatória. Para o autor, três questões cruciais precisam ser pensadas: a necessidade de um sistema nacional de educação; os obstáculos decorrentes do subfinanciamento público à Educação Pública; e a hegemonia de pedagogias burguesas, a exemplo da vertente tão em voga do *aprender a aprender*. De fato, os três problemas assinalados minam a função social da escola: viabilizar a apropriação ativa do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade. Dessa ótica, coloca-se na ordem do dia a defesa da Educação Pública, direito social, inescapável parte do projeto emancipatório. Para tanto, é necessária a produção de conhecimento objetivo sobre a educação de modo a que suas relações contraditórias com o capitalismo periférico sejam esclarecidas e possam lastrear um projeto social de emancipação humana, para o qual é fundamental a luta coletiva.

Conquanto a burguesia não considere a Universidade ou o ensino superior um direito inerente à formação humana, é nesse plano que Kátia Regina de Souza Lima, no artigo *Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos*, e Mailiz Garibotti Lusa, Tiago Martinelli, Samara Ayres Moraes e Tiago Pacheco Almeida, em *A universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos*, a colocam. Lima abre um provocante debate sobre o que denominou “fases da contrarrevolução neoliberal”: a referente aos governos Lula e Dilma (2003-2016), cuja marca foi a conciliação de classes; e a relativa ao governo Temer (2016-2018), na qual se aprofundam as desigualdades econômicas e se retiram direitos dos trabalhadores. As políticas públicas desencadeadas nesse período – “ajuste fiscal, pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e ataque aos direitos sociais” – atingiram a educação superior e o Estado desencadeou processos violentos para sua privatização exponencial. Para a autora, estamos diante de “uma nova etapa da luta de classes no País”. Com essa conclusão concordam Lusa, Martinelli, Moraes e Almeida ao afirmarem que o ensino superior, historicamente, é objeto de disputa entre projetos políticos distintos. Na arena estão aqueles comprometidos com um projeto transformador de educação e aqueles que sustentam a ofensiva neoliberal e a retirada de direitos. Os autores consideram possível fortalecer a resistência à hegemonia burguesa, sendo a universidade pública fundamental, pois configura-se como âmbito de intervenção para professores, pesquisadores e estudantes comprometidos com esse projeto, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. O desmonte da Educação Pública no Brasil, particularmente no governo Bolsonaro, está em andamento e pode ser entendido como resposta à demanda do capital de formação de trabalhadores. Entretanto, os governos pós-1990 é que desencadearam esse tipo de resposta à crise estrutural do capital. Assim, atacar as universidades públicas e ecoar as diretrizes de organismos internacionais fazem parte desta reposta e sua privatização está no horizonte, embora a oferta majoritária de matrículas já esteja na esfera privada.

Encerrando esse campo de discussão estão dois temas genericamente nomeados como *chão da escola*. Fábio Machado Pinto e Lara Beatriz Fuck, em *Da relação com o saber medicalizante às práticas escolares em Florianópolis*, discutem os modos pelos quais a medicalização gera consequências para o trabalho escolar cumprindo a função ideológica de obscurecer as desigualdades sociais presentes na instituição. Os autores salientam que dificuldades apresentadas pelos alunos para a realização de atividades diversas ou em sua relação com os saberes escolares podem ser consideradas “transtornos mentais e psicológicos”. Deriva desse *diagnóstico* um tratamento medicamentoso, configurando justamente o “processo de medicalização” com consequências sobre o (in)sucesso escolar. Os autores citam o caso do estado de Santa Catarina que ocupou o sexto lugar em consumo de Ritalina entre 2009 e 2014. Depois de um levantamento da produção na área da Sociologia da Educação no tocante ao tema e às políticas educacionais e de saúde, associado ao estudo empírico, problematiza-se o conceito de medicalização baseado em referências sartreanas. Constatou-se haver crescente interesse sobre o tema, assim como a predominância de uma abordagem multidisciplinar e crítica nas análises a ele relativas. Finalizam afirmando que, munido da psicologia histórico-cultural, é possível compreender as bases patologizantes e biologizantes de tais práticas e buscar sua superação nas escolas públicas.

Rosângela Araújo Darwich e Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia, no artigo *Grupos vivenciais e permanência com sucesso na escola: conquista de direitos*, debatem a relação entre grupos vivenciais não coercitivos e a possibilidade de se desenvolver habilidades sociais entre estudantes do ensino médio público, tendo em vista construir respostas para o desafio da transformação pessoal e relacional articuladas à necessidade de permanência na escola. De sua ótica, habilidades sociais conectam-se às competências sociais, entre as quais contabilizam a “assertividade”, a “empatia” e a “solução de problemas”, genericamente compreendidas como “desenvolvimento emocional e interpessoal”. Por essa via, as autoras defendem que ações embasadas em confiança e respeito geram civilidade, cidadania e democracia, assegurando o direito à educação. Ao contrário dos outros autores, defendem a necessidade de se acreditar na qualidade das relações que se estabelecem tanto na escola como socialmente tendo por diretriz a constituição das habilidades sociais.

Encerra o dossiê um fecundo estudo sobre possibilidades educativas além da escolarizada. No artigo *América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência*, Roberta Sperandio Traspadini indaga: “o que o muralismo mexicano tem a nos ensinar no século XXI?”. Reunindo os muralistas mexicanos modernos David Siqueiros, Diego Rivera e Clemente Orozco a uma abordagem teórica lastreada na teoria marxista da dependência, explora o potencial educativo dos murais no que tange às lutas políticas na América Latina e Caribe. A autora demonstra como o engajamento político da imagem, da música e da poesia foi nos anos de 1960 e 1970 – e permanece – vital para a educação política em movimentos populares socialistas, ressaltando também as estratégias da hegemonia do capital para sua contenção. Cita, à guisa de exemplo, o “memoricídio, genocídio e etnocídio” derivados não só da invasão colonial, como dos inúmeros processos ditatoriais e autoritários que se seguiram historicamente na região. De outro lado, propõe um debate acerca do uso dos espaços públicos, da cidade, como suportes para a crítica às relações sociais de produção capitalista. Sob a forma de murais ou grafites, pode-se envidar a reflexão crítica acerca do imperialismo na América Latina e Caribe e dos meios para sua superação.

Vê-se que o presente dossiê é pródigo nas questões complexas que sugere para seus leitores discutirem. O espectro de problemas abordados, referentes às políticas sociais brasileiras – com atenção particular à Educação Pública – configura-se como fulcral e deve ser compreendido no âmbito da totalidade que lhe dá sentido. Reafirmo que as questões assomadas são duras porque, entre outras razões, uma profunda alienação recobre a capacidade da maioria de compreender onde desaguarão as determinações econômicas desses últimos 40 anos. Enfrentamos no Governo Bolsonaro o recrudescimento da retirada de direitos da classe trabalhadora; o desmantelamento das políticas sociais; a criminalização dos movimentos sociais; o ataque ao meio ambiente; e a destruição da escola pública em todos os níveis. Não obstante, milhares foram às ruas, no primeiro semestre de 2019, em defesa da Educação Pública e da Previdência Social, entre outros movimentos políticos simultâneos no território nacional. Não é possível negar as relações capitalistas de produção subalternas, imersas na barbárie imperialista, nas quais vivemos. Contudo, a despeito da dureza evidenciada nos trabalhos ora publicados, os pesquisadores acenam com as possibilidades de superação dessa situação; mostram que as contradições de nosso capitalismo, periférico e dependente, portam projetos sociais alternativos; que a classe trabalhadora tem saídas; que estão à nossa disposição a música, a poesia, a imagem, o espaço, o tempo, a organização e a teoria revolucionária. Impõe-se ir à luta.

Olinda Evangelista, Florianópolis, 26 de agosto de 2019.

Olinda Evangelista

<http://orcid.org/0000-0001-5360-2521>

olindaevangelista35@hotmail.com

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Professora sênior na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e Professora aposentada voluntária no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

UFSC

Programa de Pós-Graduação em Educação

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Centro de Ciências da Educação – Trindade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

CEP: 88.040-900